

190	- 7501			2

WCR00148

# Fundo para áreas de preservação e terras indígenas é rejeitado

A PROPOSTA DA SENADORA MARINA SILVA ESBARROU NO "BAIRRISMO" DOS PARLAMENTARES NORDESTINOS. A REGIÃO DELES PERDERIA 0,8% DO FPE PARA AJUDAR AS RESERVAS AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA

ROSELI GARCIA  
SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Senado Federal rejeitou ontem o projeto de lei que destina recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) às áreas de preservação e terras indígenas demarcadas. A proposta, apresentada pela senadora Marina Silva (PT-AC), cria um mecanismo inovador para a distribuição de uma parcela maior de recursos a Estados que abrigam reservas ambientais e indígenas e foi derrotada pelos senadores nordestinos que perdem 0,8% do FPE, conforme cálculos com base na arrecadação de 1998.

"Vou ter dificuldades em ouvir senadores do Nordeste defendendo a preservação da Amazônia", desabafou Marina, ao final da votação. O projeto ganhou o apoio de 40 senadores, mas para ser aprovado precisava de 41 votos. Quatro parlamentares se abstiveram e 19 votaram contra. O senador Tião Viana (PT-AC) se ausentou do plenário na hora da votação, por causa do Seminário Amazônia, Patrimônio Ameaçado?, que estava acontecendo na Comissão de Relações Exteriores.

A senadora petista disse que foi surpreendida com a votação em

bloco dos senadores nordestinos contra o projeto. "Eles perdem com a reserva de 1% do FPE das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas ganham no final, quando esses recursos são repartidos entre os Estados que têm reservas ambientais e áreas indígenas demarcadas", explicou a senadora. O problema é que os Estados nordestinos têm poucas áreas de conservação. A Paraíba, por exemplo, do senador Ney Suassuna (PMDB), um dos contrários ao projeto, tem apenas 0,54% de sua área destinada a reservas ambientais e indígenas, enquanto o Acre tem 25%.

## REAPRESENTAÇÃO

"Com essa rejeição estamos deixando de dar uma contribuição do ponto de vista prático, relevante e estratégico para o País" alertou Marina, emocionada com a votação. Ela acrescentou que 538 mil quilômetros quadrados da Amazônia foram devastados nos últimos 30 anos. "Todo mundo cobra essa preservação, que fica na conta unicamente dos 20 milhões de habitantes da região", reclamou. Mas não foi apenas os nordestinos que derrotaram a proposta do chamado FPE Verde. Dois senadores da Ama-

zônia Legal também contribuíram: Gilvan Borges (PMDB) do Amapá e Lúdio Coelho (PSDB) do Mato Grosso votaram contra o projeto.

Para criar o fundo de reserva, a senadora propôs a redução de 1% dos 85% do FPE destinados aos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e mais 1% foi retirado dos 15% distribuídos entre Sul e Sudeste. "A perda média do Nordeste é de 0,8%, que pode até ser compensada com a criação de reservas". Segundo assessores da petista, nesses Estados têm muitas reservas indígenas a serem demarcadas.

O projeto recebeu parecer favorável do senador Gilberto Métrinho (PMDB), na Comissão de Assuntos Econômicos, e do senador Moreira Mendes (PFL-RO), na Comissão de Assuntos Sociais.

Nem a derrota tira o ânimo da senadora Marina na tentativa de buscar mecanismos que incentivem a preservação. Ele pretende reapresentar o projeto na próxima legislatura e destaca que uma proposta semelhante a sua foi apresentada na Câmara pelo deputado Marcos Afonso (PT-AC). "Ainda bem que o deputado Marcos propôs um projeto na Câmara. Agora é esperar a votação na outra Casa". A senadora acredita que a negociação com os deputados é mais fácil.

→  
112

# LUX JORNAL

A Crítica – Manaus - AM

Pág.: 6

Publicado: 38/11/99

				2
			148	

## ÁREAS EM CONSERVAÇÃO

Unidades de Conservação Federais e Terras Indígenas Demarcadas

Estados	Unidades de Conservação e Terras Indígenas em %
Acre	25%
Amazonas	26%
Amapá	13%
Pará	21%
Rondônia	30%
Roraima	49%
Tocantins	9%
Maranhão	6,5%
Piauí	3%
Ceará	0,27%
Rio Grande do Norte	0,02%
Paraíba	0,54%
Pernambuco	1%
Alagoas	0,14%
Sergipe	0,32%
Bahia	0,64%
Minas Gerais	0,46%
Espírito Santo	1,36%
Rio de Janeiro	4,28%
São Paulo	0,10%
Paraná	1,85%
Santa Catarina	1%
Rio Grande do Sul	2,88%
Mato Grosso do Sul	2,88%
Mato Grosso	13%
Distrito Federal	7%